

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO GT CONTROLE SOCIAL

1. Introdução

O Grupo de Trabalho criado no âmbito do Plano de Ação do CTPCC com a finalidade de desenvolver o tema **estímulo e fortalecimento do controle social**, funcionou entre março de 2020 e março de 2021. Período no qual foram realizadas 07 (sete) reuniões virtuais e executadas ações com vistas ao alcance dos objetivos estabelecidos pelo GT quando da sua criação.

Organizações da sociedade civil e órgãos públicos integram o GT, a saber: Agenda Pública, Instituto Ethos, Observatório Social do Brasil, Advocacia Geral da União, Controladoria-Geral da União, Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo a CGU é responsável pela coordenação dos trabalhos do Grupo.

A criação do GT justifica-se, no Plano de Ação CTPCC, pelo fato do controle social se constituir enquanto ferramenta fundamental para combate à corrupção, visto que aumenta a capacidade de detecção e funciona como mecanismo preventivo. Para além, o referido documento destaca que:

(...) muitos são os desafios para o exercício da atividade: limitações financeiras, barreiras de diálogo com o Estado; falta de conhecimento ou de acesso a dados; falta de capacitação. Ademais, para maior eficiência, é preciso estimular a prática, buscando ampliar os atores, e fortalecer as redes de cooperação entre governo-sociedade e sociedade-sociedade.

A iniciativa do CTPCC, portanto, revela a importância de aprimoramento dos espaços e mecanismos de controle social já existentes, bem como do fortalecimento da capacidade de detecção e prevenção da corrupção; capacitação e desenvolvimento de atores que realizam o controle social a fim de aprimorar seus trabalhos; mitigação das barreiras e ameaças às atividades de controle social; estímulo a participação da sociedade no acompanhamento das políticas e dos gastos públicos; e, ainda mapeamento das iniciativas e dos seus resultados.

Nesse sentido, o principal objetivo da iniciativa do Grupo de Trabalho é *Estimular e fortalecer a participação e o controle social*.

2. Ações Essenciais (realizadas para o cumprimento das iniciativas)

O Plano de ação descreve como ações essenciais ao cumprimento das iniciativas são as que seguem.

- Revisão dos espaços e mecanismos de participação e controle existentes a partir da Identificação de fragilidades e desafios – Propostas de melhorias
- Plano de estímulo e de capacitações para as organizações
- Definição de uma estratégia de longo prazo para o diálogo e aproximação das redes
- Reformulação do Programa "Olho Vivo no Dinheiro Público"
- Definição de diretrizes e princípios para políticas de desenvolvimento do controle social da administração pública

- Proposição de conjunto de indicadores para aferição do desenvolvimento do controle social da administração pública
- Identificação das dificuldades e entraves para o exercício do controle social

As discussões do grupo nortearam o andamento das ações conforme as capacidades operacionais das organizações envolvidas. No entanto, constatou-se que, em função da pandemia ocasionada pelo coronavírus, muitas das possibilidades identificadas quando da formulação do Plano de Ação, poderiam ser inviabilizadas, dadas as necessidades institucionais (organizações públicas e privadas) de replanejamento, considerando, inclusive aprimoramentos e/ou desenvolvimento de ferramentas tecnológicas e construção de novas rotinas.

3. **Produtos esperados** *(resultados ou justificativas para os produtos não alcançados)*

- **Produto (1):** Revisão dos espaços e mecanismos de participação e controle existentes

Inicialmente, foi planejada a realização, ainda em 2020, de um mapeamento das ações desenvolvidas pelos órgãos do governo federal relativas ao controle social. Com esta ação, pretendia-se identificar possíveis apoios financeiros, projetos de parceria, existência de órgãos deliberativos, consultas e outros diálogos estabelecidos. A estratégia pensada foi a do envio de um formulário por meio da Ouvidoria Geral da União (OGU) aos órgãos e analisar as respostas com a colaboração de especialistas na área.

Não foi possível avançar na efetivação da estratégia, pois, no mesmo período, outros questionários foram encaminhados aos órgãos do governo para realizar um diagnóstico situacional que compõe iniciativas da OCDE (com o objetivo, inclusive, de coletar informações sobre participação e controle social). Para que não houvesse choques no que diz respeito ao envio de questionários pela CGU/respostas pelos Órgãos do Governo Federal, esta iniciativa do CTPCC concluída, mas, deve ocorrer em 2021.

Para além, o GT pretende analisar os resultados das pesquisas da OCDE quando forem publicados, visto que podem ser elucidativos quanto a capacidade do Governo Federal de apoiar as iniciativas de participação e controle social pela sociedade civil.

- **Produtos (2 a 6):**

- 2 - Capacitação de organizações
- 3 - Criação de um modelo de capacitação e engajamento de sociedade civil que possa ser amplamente replicado
- 4 - Reformulação do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público
- 5 - Desenvolvimento de materiais de referência
- 6 - Renovação da rede de organizações

Para os produtos de 2 a 6, o Grupo de Trabalho compreendeu que a reformulação do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público atenderia ao conjunto de objetivos da iniciativa.

O Projeto Olho Vivo foi reformulado, tornando-o mais abrangente de modo a incorporar ações como:

- ✓ capacitação de representantes de organizações da sociedade civil

- ✓ capacitação para conselheiros de política pública;
- ✓ realização de seminários virtuais ou presenciais (a depender das condições sanitárias);
- ✓ sistematização de experiências relativas à participação e ao controle social;
- ✓ realização de diálogos virtuais entre especialistas da sociedade civil e governo, trazendo à tona temas significativos para a política de transparência pública, acesso à informação e ao controle social.

Em função da pandemia, as atividades serão desenvolvidas virtualmente, na medida das possibilidades.

O Diálogos em Controle Social, por exemplo, está programado para acontecer de março a dezembro de 2021 – sempre às 2ª quartas-feiras de cada mês, sendo que o [primeiro encontro virtual ocorreu no dia 10/03/2021](#).

A [página do Controle Social da CGU](#) terá atualizações rotineiras (ação iniciada em fevereiro/2021), disponibilizando novos conteúdos com características formativas e informativas. Importa informar que todo o conteúdo do site é produzido de maneira colaborativa com as organizações da sociedade civil. As atualizações começaram em fevereiro de 2021 e já participaram o Observatório Social do Brasil, a Gênero e Número, o Laboratório Anticorrupção da *Purpose*, o *Data_labe*, entre outras organizações.

As equipes das superintendências da CGU nos estados também trabalham para desenvolver conteúdos de capacitação virtual de Conselheiros. Quando o material for concluído poderá ser apresentado ao plenário do CTPCC. Para além, continuam disponíveis na plataforma AVAMEC do Ministério da Educação, [nove cursos de capacitação voltados para conselheiros de políticas públicas e gestores](#), mas, devido a utilização de linguagem cidadã, pode ser realizado por todos os cidadãos.

4. Conclusões *(alcançadas com o desenvolvimento das iniciativas)*

Na avaliação do Grupo de Trabalho, as ações desenvolvidas – redesenho do Programa Olho Vivo, considerando atualização da página de controle social da CGU com conteúdos informativos e educativos, perspectiva de capacitação de conselheiros de políticas públicas, construção de esboço de mapeamento da iniciativas voltadas a apoiar o controle social no âmbito do Governo Federal – foram bem interessantes, dadas as adversidades do período.

Tais ações devem ser divulgadas pelas organizações integrantes do Grupo, pois quanto mais os cidadãos acessarem os conteúdos e questionarem, mais melhorias podem ser feitas nas ferramentas e outros recursos direcionados ao controle social.

5. Considerações finais

O diálogo com a sociedade civil no âmbito de um Grupo de Trabalho do CTPCC promoveu o aprimoramento das ações institucionais no sentido de ter mais opiniões espelhadas nas produções de textos e na elaboração de materiais de capacitações e informacionais.

Apesar de não ter ocorrido o total cumprimento das iniciativas, visto que o Produto 1 não foi concluído, existe um insumo inicial produzido e uma perspectiva institucional de que a ação –

mapeamento das ações desenvolvidas pelos órgãos do governo federal relativas ao controle social – será completada em 2021.

Importa destacar que a ENCLA tem uma recomendação que dialoga com a iniciativa deste GT, que pretende ampliar a transparência ativa que favorece o controle social e manifestou apoio às ações deste Grupo.

Por fim, sugere-se que, na formação de novos grupos de trabalho, sejam planejadas iniciativas mais objetivas e atividades mais sistemáticas das organizações voltadas a consecução dos produtos, garantindo maior interação e contribuições mais ativas.

Brasília, março de 2021.